



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 10.478/2007 (9 volumes)

PARECER N.º 822/2015–CF

EMENTA: Auditoria de Regularidade convertida em Tomada de Contas Especial. CODEPLAN. Contratos celebrados com a empresa denominada Prodata-Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda. Dano apurado. Citação Defesas improcedentes. Cientificação. Embargos e Recursos não admitidos e/ou não providos. Cientificação. Ausência de manifestação. Corpo Instrutivo é pela irregularidade, notificação e autorização de medidas de cobrança. Arquivamento. MPC/DF, trazendo à colação a sentença de mérito proferida no bojo de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPDFT, aquiesce, com acréscimo.

Os autos referem-se à Tomada de Contas Especial instaurada mediante conversão de procedimento de fiscalização objetivando apurar supostas irregularidades na execução do Contrato Emergencial n.º 22/2005 e de seu sucessor de n.º 53/2005, ambos celebrados pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central–CODEPLAN, com a empresa denominada PRODATA–Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda.

2. A deliberação tem origem remota na Representação n.º 01/2006-CF (folhas 1 a 4), que implicou, por Decisão Limiar da **e. Corte**¹, a realização de Auditoria de Regularidade e a produção do Relatório de Auditoria n.º 7/2007 (folhas 96 a 131), o que deu azo, após análise das justificativas apresentadas, **à determinação entabulada no item II, da Decisão n.º 1.943/2009**² (folha 872), objetivando o ressarcimento do valor de **R\$ 5.677.577,91**³, resultante do pagamento de serviços supostamente executados em regime de Fábrica de *Software*, para os quais não houve comprovação.

¹ Decisão Liminar n.º 05/2005-P/AT.

² [...]

II- determinar, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar n.º 1/94, a conversão dos autos em tomada de contas especial, com vistas ao ressarcimento ao erário da quantia de R\$ 5.677.577,91 [...]

³ No mesmo sentido, vide Relatório de Inspeção n.º 7.0104.11-NFTI (folhas 1304 a 1317).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

3. Decretada a revelia dos responsáveis inertes⁴ e rejeitadas as teses defensivas apresentadas⁵, foi **fixada a responsabilidade solidária dos envolvidos**, nos termos da **Decisão n.º 5.406/2011**⁶ (folhas 1382 e 1383).

4. Opostos Embargos de Declaração pela empresa PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda., foi-lhes negado provimento nos termos da Decisão n.º 6.406/2011 (folha 1419). Interposto Recurso de Reconsideração pela responsável, foram, inicialmente, não conhecidos na forma da Decisão n.º 2.626/2012 (folha 1711); e, renovados na sequência, restaram desprovidos, nos termos da Decisão n.º 1.405/2013 (folha 1789).

5. Interpostos Recursos de Reconsideração por Guilherme Boechart Véio, Marco Túlio Motta dos Santos, Francisca das Chagas Nogueira e Nilva Lacerda Rios de Castro, foram, **na última assentada**, desprovidos pelo **e. Tribunal**, conforme inteligência da Decisão n.º 6.358/2014 (folha 1814), procedendo-se à cientificação dos responsáveis, nos termos da Deliberação Plenária (folhas 1816 a 1819).

6. Fluindo, *in albis*, o prazo de ressarcimento e submetidos os autos à análise do competente Corpo Técnico, registrou o resumo dos fatos, a ausência de pagamento ou de manifestação com vistas à quitação do débito e sugeriu, *in verbis*:

I- tome conhecimento dos documentos de fls. 1815-1820;

II- nos termos do art. 17, III, 'c', da Lei Complementar nº 1/94, julgue irregulares as presentes contas, imputando de modo solidário aos responsáveis Guilherme Boechat Véio, Francisca das Chagas Nogueira, Nilva Lacerda Rios de Castro, Marco Túlio Motta dos Santos, Durval Barbosa Rodrigues, Ricardo Lima Espíndola, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus e Joel Francisco Barbosa e à empresa PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda. o débito apurado, no valor de **R\$ 9.371.188,49** (atualizado para 2015 à fl. 1820), bem como notificando-os da

⁴ Considerados revéis: Durval Barbosa Rodrigues, Ricardo Lima Espíndola Carlos Eduardo Bastos Nonô e Carlos José de Oliveira Michiles (Decisão n.º 5.406/2011-folhas 1382 a 1383).

⁵ Defesas rejeitadas: PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda., Vagner Gonçalves Benck de Jesus e Joel Francisco Barbosa (Decisão 5.406/2011-folhas 1382 a 1383).

⁶ [...] II. considerar revéis Durval Barbosa Rodrigues, Ricardo Lima Espíndola, Carlos Eduardo Bastos Nonô e Carlos José de Oliveira Michiles, nos termos do art. 13, § 3º, da LC nº 01/94; III. rejeitar as defesas apresentadas: a) por Guilherme Boechat Véio, Francisca das Chagas Nogueira, Nilva Lacerda Rios de Castro e Marco Túlio Motta dos Santos, em razão de inexistirem provas entre o que foi executado e a realização dos produtos relacionados à atividade denominada "Fábrica de softwares"; b) por Vagner Gonçalves Benck de Jesus e Joel Francisco Barbosa, em virtude de não terem enfrentado probatoriamente as questões alvitadas pela equipe de auditoria; c) pela empresa Prodata Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda., embasada no Parecer IBP10034 do Instituto Brasileiro de Peritos em Comércio Eletrônico e Telemática - IBP, em face de as considerações apresentadas pelo IBP não terem alterado a fundamentação constante do Relatório de Auditoria nº 007/01-1ª ICE/Divisão de Auditoria; **IV. em razão dos itens II e III, imputar aos responsáveis relacionados anteriormente o prejuízo apurado no Relatório de Auditoria nº 007/01-1ª ICE/Divisão de Auditoria, no valor de R\$ 5.677.577,91 (cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), que atualizado para o exercício de 2011 alcança a quantia de R\$ 7.420.162,76 (sete milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos); [...]** (Destaquei).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

decisão que vier a ser adotada e da necessidade de, em 30 dias, quitar o valor que lhes fora imposto nesta TCE;

III- autorize, desde logo, o retorno dos autos à Secretaria de Contas para:

- a) a adoção das medidas de cobrança previstas no art. 29 da LC n° 1/94, caso o prazo previsto no item anterior transcorra sem manifestação dos responsáveis;
- b) o subsequente arquivamento dos autos. (Destaquei).

7. Os autos vêm ao exame deste **MPC/DF** por determinação do Senhor Secretário de Controle Externo (folha 1825-v).

8. O **MPC/DF**, dado o esgotamento das fases de instrução e de defesa, compreende, *ab initio*, adequado o encaminhamento sugerido pela Instrução.

9. No entanto, para completude e reforço das medidas tempestivas adotadas no âmbito da **e. Corte de Contas do Distrito Federal**, concomitantemente, ressalto a necessidade de o **Tribunal** revisitar os procedimentos adotados pela Controladoria Geral do Distrito Federal⁷ no Processo n.º 480.000.883/2011 que, nos termos do Ofício n.º 2192-COGER/STC, de 8 de novembro de 2011, foi autuado objetivando apurar a idoneidade da empresa PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda.

10. Destaco esse aspecto porque, passados quase quatro anos da emissão do citado expediente pela Controladoria Geral do Distrito Federal, este **MPC/DF**, consultando o **Portal da Transparência – módulo Empresas Punidas**⁸ – não encontrou qualquer informação acerca da aplicação de sanções à empresa investigada pelo Controle Interno.

11. De fato, verifico que o Sistema de Consulta Processual do Poder Executivo-SICOP comprova a autuação do processo em 04/11/2011 e, sem maiores esclarecimentos, informa a última tramitação em 07/08/2015.

12. Desse modo, faz-se necessário requerer esclarecimentos adicionais à Controladoria Geral do Distrito Federal, confirmando a efetividade das medidas sancionatórias.

13. Faço esse adendo, não apenas em razão das constatações deste procedimento de Tomada de Contas Especial, por meio do qual restaram sobejamente demonstrados os **atos ilícitos dolosos praticados, as responsabilidades e o dano**, mas principalmente em face do que foi apurado e decidido no bojo da **Ação Civil Pública n.º 2011.01.1.131438-7** (folhas 1254 a 1258), cuja sentença, exarada em 28/03/2014, corrobora a correção da persecução iniciada pelo **e. Tribunal de Contas do Distrito Federal**, por provocação deste **Ministério Público de Contas** na Representação n.º 01/2006-CF (folhas 1 a 4).

14. Nesse sentido, dada a relevância do *decisum*, apenas para informar, trago à colação excerto da parte dispositiva da bem lançada r. Sentença monocrática:

⁷ Então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal.

⁸ Disponível em <http://www.transparencia.df.gov.br/Pages/empresasPunidas.aspx> (consulta em 28/08/2015).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos formulados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS na "ação civil pública" que move contra a COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN e contra a PRODATA TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA **para declarar a nulidade dos contratos administrativos números 22/2005 e 53/2005, celebrados entre os requeridos.**

Como consequência, as partes **deverão ser restituídas ao "status quo ante", nos termos do artigo 59, caput, da Lei nº 8.666/93. Para tanto, condeno a requerida PRODATA TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA à devolução de todos os valores recebidos em decorrência dos contratos administrativos ora declarados nulos. Tais valores deverão ser corrigidos pelo INPC e sobre eles deverão incidir juros de mora de 1%, tudo a partir da data em que recebidos pela ré.**

Por fim, **imputo à requerida PRODATA TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA a responsabilidade pela nulidade contratual, afastando qualquer dever de indenizar da COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, com fundamento no artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.**

Nesses termos, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. (Destaquei).

15. Ressalto que, interposta Apelação, **foi desprovida**, mantendo-se a condenação nos termos do Acórdão n.º 857508, que, na íntegra, faço reproduzir:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. SERVIÇOS DESTINADOS À OPERACIONALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. CONTRATANTE. CODEPLAN. DIRECIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO. OCORRÊNCIA. PROVA INEXORÁVEL. ILÍCITO VERIFICADO. PAGAMENTO DE PROPINA. RECONHECIMENTO PELO PRESIDENTE DA ENTIDADE CONTRATANTE. NULIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS QUE SE SUCEDERAM. FATO IMPUTÁVEL À CONTRATADA. CONCORRÊNCIA PARA O ILÍCITO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR DA ADMINISTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA. (ARTS. 49, § 2º, C/C 59, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI Nº 8.666/93). SERVIÇOS. PRESTAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. VERBAS DE SUCUMBÊNCIA. EXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA. ERRO MATERIAL RETIFICÁVEL DE OFÍCIO.

1. Consubstancia verdadeiro truísmo que a licitação destina-se a viabilizar a contratação, pela administração, de obra, serviço, aquisição, locação ou alienação de bens mediante o preço mais vantajoso, compreendendo a aferição da vantagem pecuniária a apuração da qualificação técnica da licitante e sua aptidão para a prestação ou fornecimento como forma de ser resguardado o implemento do objeto licitado, resguardados o caráter competitivo e seletivo, a impessoalidade, legalidade e moralidade do procedimento (Lei nº 8.666/93, art. 3º).

2. A contratação com dispensa de licitação traduz exceção à regra segundo a qual a administração somente pode contratar após prévia seleção consumada sob os parâmetros legais como forma de resguardo da legalidade e moralidade da atuação administrativa, devendo derivar a situação excepcional de justificativa plausível e apta a enquadrar a situação numa das situações excepcionais engendradas, não se afigurando passível de ser emoldurada nas situações de emergência a realização de contratação de serviço para viabilização de contratação direcionada.

3. A constatação de que **houvera direcionamento de contratação e que a situação emergencial içada como apta a ensejar sua ultimação com dispensa de licitação fora**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

engendrara como simples véu destinado a recobrir de aparente legitimidade o procedimento deflagrado com esse desiderato, tanto que reconhecido pelo então presidente da entidade contratante os fatos e o acerto subjacente realizado mediante, inclusive, a utilização do simulacro do endereçamento de convites a empresas previamente consultadas e enredadas no esquema, culmina com o reconhecimento de que a dispensa de licitação assim realizada, conquanto ilicitamente inserta na exceção do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, **encerrara violação ao princípio da licitação, determinando a invalidação dos contratos originários dos ilícitos com efeitos "extinctive"** (Lei nº. 8.666/93, artigos 49, §2º, c/c 59, caput)

4. Ensejando a moldura de fato desenhada pelos elementos coligidos a constatação de que os agentes públicos e a empresa contratada encenaram, de forma concatenada e previamente concertada, procedimento destinado a conferir véu de legitimidade a dispensa de licitação fora das hipóteses legalmente previstas e à margem das exigências estabelecidas, engendrando, inclusive, parecer jurídico previamente concertado e volvido a lastrear essa resolução, o contrato derivado do ilícito, maculando gravemente os princípios que regem a administração pública, notadamente os da moralidade e legalidade, que têm gênese constitucional (artigo 37, caput) e são tutelados pelo legislador subalterno (Lei 8.666/93), deve ser invalidado.

5. A constatação de que a empresa contratada **ilicitamente com dispensa de licitação, a par de estar ciente do simulacro de seleção deflagrado, dele participara de forma ativa e determinante, concorrendo para que a dispensa de licitação fosse envidada sob o véu da legitimidade em seu proveito, determina que, conquanto tenha fomentado serviços diante da contratação levada a efeito, seja condenada, como sanção pelo ilícito que protagonizara, a repetir a íntegra do que auferira, não lhe sendo reservada sequer retribuição pela prestação que realizara à guisa de indenização** (Lei nº. 8.666/93, artigo 59, parágrafo único).

6. Acolhido o pedido formulado no bojo de ação civil pública manejada pelo Ministério Público, à parte ré devem ser debitadas as custas processuais, ressalvada a isenção legalmente assegurada, como expressão do princípio da causalidade, não se afigurando cabível e adequado, contudo, a imputação ao vencido de honorários advocatícios por não se coadunar a atuação do parquet com a origem etiológica dessa verba, por encerrar simples contraprestação assegurada pelos trabalhos advocatícios desenvolvidos, consubstanciando erro material sanável de ofício a omissão decorrente da desconsideração de imputação à ré do pagamento das custas processuais.

7. Apelação conhecida e desprovida. Retificada a sentença de ofício. Unânime. (Acórdão nº. 857508, 20110111314387APC, Relator: TEÓFILO CAETANO, Revisor: SIMONE LUCINDO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 11/03/2015, Publicado no DJE: 06/04/2015. Pág.: 121)

16. Interposto Recurso Especial, foi-lhe negado processamento. Agravada a decisão, aguarda apreciação do mérito recursal⁹.

17. Em face do exposto, sem mais delongas, integralmente de acordo com o entendimento do Corpo Técnico, mas com o adendo que faço acrescer; não havendo repercussões e à luz do princípio da independência das instâncias, incumbe ao **Tribunal** proferir o julgamento, lavrando o respectivo acórdão condenatório. Desse modo, sugiro ao **e. Plenário**:

⁹ Último andamento em 21/08/2015. Consulta realizada em 28/08/2015. Disponível em <http://tjdf19.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=plhtml06&SELECAO=1&ORIGEM=INTER&CDNUPROC=20110111314387AGS>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

I- tome conhecimento dos documentos de folhas 1815-1820;

II- nos termos do art. 17, III, “c”, da Lei Complementar nº 1/94, julgue irregulares as contas dos responsáveis Guilherme Boechat Véo, Francisca das Chagas Nogueira, Nilva Lacerda Rios de Castro, Marco Túlio Motta dos Santos, Durval Barbosa Rodrigues, Ricardo Lima Espíndola, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus e Joel Francisco Barbosa e da empresa PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda; imputando-lhes o débito apurado, no valor de R\$ 9.371.188,49 (atualizado para 2015 à folha 1820), bem como notificando-os da decisão que vier a ser adotada e da necessidade de, em 30 dias, promover a quitação;

III- determine à Controladoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 5 dias, informe ao Tribunal o andamento e o atual estágio das apurações levadas a cabo por meio do Processo n.º 480.000.883/2011, autuado com o objetivo de investigar a conduta da empresa PRODATA Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda.; e

IV- autorize, desde logo, o retorno dos autos à Secretaria de Contas para a adoção das medidas de cobrança previstas no art. 29 da LC nº 1/94, caso o prazo previsto no item anterior transcorra sem manifestação dos responsáveis; e adoção de demais providências de sua alçada.

É o parecer

Brasília, 28 de agosto de 2015.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora